

**ILMO. SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 1257-25 DA ITAIPU BINACIONAL**

**Ref.: Edital do Pregão Eletrônico Nacional NF 1257-25**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na XXXXXXXXXXXX, NºXXX sala XX, XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXX, Estado XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/0001-XX, com seus atos arquivados na JUCEPE (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas) sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal, vem, tempestivamente, à presença de V.S.<sup>a</sup>, com fulcro na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU e demais normas aplicáveis, interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 1257-25**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

A presente Impugnação tem por objeto apontar equívoco contido no Edital do certame em apreço.

O prazo decadencial é de **DOIS (02) DIAS ANTERIORES À DATA FIXADA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**, em conformidade com o previsto na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU e demais normas aplicáveis ao certame em referência.

No caso em tela, a data prevista para a abertura do certame é dia 23 de setembro de 2025, tendo, portanto, como termo final o dia 19 de setembro de 2025 (sexta-feira) para protocolização da presente Impugnação.

Conclui-se, portanto, pela TEMPESTIVIDADE desta Impugnação.

**II – PRELIMINARMENTE**

A Signatária manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do Ilmo. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e de todo o corpo de funcionários desta ITAIPU Binacional.

As divergências objeto da presente impugnação referem-se unicamente à aplicação da Constituição, da Lei de Licitação e posições já pacificadas pelo TCU, aderentes ao procedimento licitatório em exame. Não afetam, em nada, o respeito da Signatária pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

No mais, a peticionária afirma seu total interesse e disposição em vir a prestar os serviços a serem licitados. No entanto, não pode deixar de questionar algumas inconsistências presentes no Edital deste Pregão Eletrônico, ora promovido.

**III - DOS FATOS E DO DIREITO**

A empresa ora impugnante desenvolve projetos em diversos segmentos, com foco no segmento de meio ambiente, análise e prospecção estratégica de empreendimentos, tendo sido responsável pela elaboração de inúmeros projetos nas referidas áreas.

Sem embargo, infelizmente, o Edital do Pregão Eletrônico em apreço, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de “*Serviços de promoção de bem-estar e manejo de animais silvestres sob os cuidados da ITAIPU, Limpeza, Manutenção de Estruturas, Monitoramento da Fauna e Atividades Complementares nas Áreas Protegidas*”

da ITAIPU”, tecem exigências que se opõem à legalidade e aos princípios balizadores da licitação pública, o que pode inclusive corresponder a um risco e uma contratação temerosa.

Afora isto, algumas das exigências observadas ao longo do texto se contradizem e/ou se encontram obscuras quanto aos seus critérios e limites, o que pode vir a impedir a participação de empresas interessadas no certame, de forma correta e adequada.

Em vista disso e mesmo com o propósito de contribuir com esta ITAIPU Binacional para que a disputa seja mais ampla e lícita, a BRASILENCORP oferece a presente impugnação ao Edital, contando com a sensibilidade e a compreensão deste douto Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Com efeito, os problemas havidos no presente Edital concentram-se nas exigências pertinentes aos principais requisitos para participação e habilitação, principalmente no que diz respeito à exigência de cadastramento da licitante, como atividade principal, nos seguintes códigos no CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas: Código: 0162-8/03 - Serviço de manejo de animais; e/ou Código: 9103-1/00 - atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental, conforme consta na redação do item 1.4.2, alínea “c”, deste instrumento convocatório.

Tal exigência restringe a participação de empresas que, embora possuam capacidade técnica e experiência comprovada, não estão enquadradas exatamente nesses códigos de CNAE, mas em outros igualmente compatíveis com o objeto licitado.

Deste modo, a presente impugnação dirige-se contra as premissas que desconhecem a existência de experiência similar aderente ao objeto que se pretende contratar, no tocante aos critérios de avaliação e julgamento da Habilitação técnica da Licitante, o que configura a temeridade neste cenário.

Válido ressaltar que a parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal enuncia que a lei somente deve permitir, em licitação, “exigências de qualificação técnica e econômica **INDISPENSÁVEIS** à garantia do cumprimento das obrigações”. Logo, a Administração Pública, por imperativo constitucional, não pode fechar os olhos ao indispensável, o fundamental, o extremamente necessário para verificar se os licitantes tem ou não condições de dar cumprimento ao contrato, sem, contudo, pecar por um preciosismo/ou rigor exacerbado. Adicionalmente, a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, determina que as licitações devem garantir igualdade de condições a todos os concorrentes, vedadas exigências que comprometam o caráter competitivo do certame.

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional **das licitantes**, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, “a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”.

Oportuno se faz então salientar que não há qualquer previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro de que o registro de específico CNAE seja condição/requisito de habilitação licitatória, conforme leciona Marçal Justen Filho:

"No Direito Brasileiro, não vigora o chamado "princípio da especialidade" da personalidade jurídica das pessoas jurídicas. Esse princípio restringe a possibilidade jurídica da atuação das pessoas jurídicas aos limites do seu objeto social. (...) Portanto, o problema do objeto social compatível com a natureza da atividade prevista no contrato se relaciona com qualificação técnica. **Se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão dessa mesma atividade em seu objeto social não poderia ser empecilho a sua habilitação.** Impedimento existiria apenas quando uma lei específica exigisse que o desempenho de atividade determinada fosse privativo de alguma categoria de sociedade. Por exemplo, atividade advocatícia é privativa de advogados inscritos na AB." (ob. cit. 410-411).

O C. STJ, inclusive, já consolidou entendimento acerca dessa matéria, esclarecendo que "as regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa".

Mesmo entendimento é compartilhado pelos Tribunais pátrios, pelo TCU e pelo TCEMT, conforme se colhe de trechos dos julgados abaixo colacionados:

Enunciado: Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não é razoável exigir que ela detalhe o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal. (TCU. Acórdão 466/2014 - Primeira Câmara - Relator: Ministro Benjamin Zymler)

**O cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame (...).** É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém **em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro.** Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante." (Acórdão n.º 1203/2011-Plenário, TC010.459/2008-9, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.05.2011).

(...) Quanto à classificação de atividade econômica – CNAE necessária para a participação do certame, necessário inicialmente fazer algumas considerações. O CNAE é um instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Ao analisar a definição do CNAE, constata-se que **nada mais é do que um método utilizado pela**

***Receita Federal do Brasil para padronizar os códigos de atividade econômica no país, com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias, nada tendo a ver com o objeto social da empresa. Assim, exigir que a empresa tenha um código CNAE específico é limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da licitação***, impondo à Administração Pública um preço mais elevado na pactuação. (TCEMT. Julgamento Singular nº 464/LHL/2019. Processo Nº: 11.303- 4/2019. Relator Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima).

(...) a Administração deve fazer exigências na habilitação do licitante para preservar o interesse público, entretanto, não deve ultrapassar as barreiras do necessário, sob pena de comprometer a competição. Desse modo, vele ressaltar que o pregoeiro não poderia afirmar a capacidade da representante para desempenhar o objeto licitado, por meio da análise do objeto social da empresa. A capacidade deve ser aferida na análise dos documentos de habilitação da capacitação técnica, seguindo o disposto no artigo 30, da Lei 8.666/1993. Analisando as normas vigentes, verifico que não há na Lei de Licitações e nem no ordenamento jurídico do Brasil a exigência de que o objeto social da empresa contemple exatamente ao que está sendo pretendido pela Administração. A única exigência é que a empresa demonstre estar devidamente cadastrada na esfera pertinente, com seus atos constitutivos registrados, que é a habilitação jurídica, o que não se confunde com a capacitação técnica. Sem dúvida alguma é ilegal o impedimento à participação de licitantes com base apenas em divergência entre as atividades descritas em seu Contrato Social, ou mesmo no seu Cadastro junto a Receita Federal, com o objeto da licitação. (TCEMT. Julgamento Singular nº 042/JJM/2020. Processo: 28.231- 6/2019. Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen Marques).

Deste modo não há como se afirmar que a Administração dispõe de liberalidade absoluta para decidir como e sob quais condições deve exigir a apresentação dos atestados e documentos de capacidade técnica, havendo a vinculação legal ao instrumento.

Aliás, sobre o assunto, são preciosas as palavras do Des.Volnei Ivo Carlin:

“O poder discricionário distingue-se do poder arbitrário pelo fato de que este excede ou se encontra fora da lei (contra legem), pelo que é suscetível de controle de legalidade; é ilegal, típico das monarquias absolutas, extrapola a lei e é inválido, pelo que a própria Administração Pública pode declarar a nulidade de ato arbitrário (Súmulas nº 346 e 473)” (CARLIN, Volnei Ivo. Direito Administrativo. Florianópolis: OAB/SC 2001. P.127)

A discricionariedade encontra limites na Constituição Federal e na Lei, em seus princípios e regras. A Administração não goza e jamais gozou de discricionariedade para formular exigência que acaba por frustrar a segurança contratual e correta competitividade entre as Licitantes Interessadas.

As normas disciplinadoras das licitações devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, **desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação**, e não ao apego excessivo das exigências do formalismo.

Ou seja, a qualificação técnica deverá ser comprovada por meio da demonstração do exercício de atividades de mesma natureza ou semelhantes ao objeto licitado, a qual somente permitirá as exigência de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Complementarmente ao acima disposto, destaca-se, por ser oportuno e aderente à argumentação ora apresentada, dispositivo da Lei nº 8.666/19943, a seguir transcrito:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;”

Suplementarmente, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, §1º, dispõe que:

“É vedado estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes, bem como quaisquer outras não previstas nesta Lei, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.”

Assim sendo, a exigência de CNAE específico não possui qualquer previsão legal e por este motivo acaba criando barreira artificial à participação, restringindo a competitividade do certame.

Ademais, na senda da farta e consolidada jurisprudência do TCU, não há obrigatoriedade do CNAE da empresa licitante fazer consignar todas as subclasses dos serviços por ele abarcados, sendo relevante, em verdade, a prova da experiência na atividade econômica em si.

(...) 11. No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era "locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou materiais", vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas. 12. De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. 13. ***Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.*** (TCU. Acórdão 571/2006 - Segunda Câmara).

APELAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO. ATIVIDADE ECONÔMICA INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1) (...). 2) ***A ausência de um específico CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas não deve, sozinho, constituir motivo para a inabilitação em processo licitatório, considerando a possibilidade de comprovação por outros meios a compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação.*** 2) No caso, a vencedora do certame apresentou 3 (três) atestados de Capacidade Técnica de três secretarias municipais do Estado de São Paulo de forma satisfatória, estando apta a cumprir com o contrato. 3) Recurso de apelação desprovido. (TJ-AP - APL: 00374251020178030001 AP, Relator: Desembargador EDUARDO CONTRERAS, Data de Julgamento: 05/11/2018, Tribunal)

Insta por bem destacar, que as normas disciplinadoras das licitações devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, e

não ao apego excessivo das exigências do formalismo, razão pela qual pugna-se pela revisão dos referidos critérios e/ou seja demonstrada de forma mais evidente a necessidade precípua em manter tais exigências.

Sendo assim, por todo o acima disposto, cabe a este Ilmo. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio avaliar os excessos e incongruências contidas nas condições exigidas no Edital, e modifica-las a fim que seja corretamente interpretado, possibilitando a correta prestação dos serviços ora licitados, garantindo a segurança jurídica quanto a presente contratação e a possibilidade da participação de um número maior de empresas aptas.

### **III.1. DA NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DOS PRAZOS (ART. 21, § 4º, DA LEI 8666/93)**

A Signatária aponta que as alterações ora pleiteadas modificam a substância do ato convocatório, não havendo outra solução, data vênia, senão a republicação do edital, seu respectivo Termo de Referência e a reabertura do prazo para a elaboração de propostas.

JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR, a este respeito, bem ensina:

“As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é crucial, que o faça antes de iniciada a competição. Nessas circunstâncias, **a lei exige a reabertura do prazo por inteiro, a contar da divulgação da mudança introduzida, pelo mesmo modo em que se deu a de versão original do ato convocatório alterado.** (grifo nosso)”

Então, trata-se da única forma de se preservar o caráter competitivo da presente concorrência, possibilitando a outros licitantes a formulação de suas respectivas propostas para participar do certame.

Assim, pede-se que esta Comissão Especial de Licitação republique o edital em questão, nos termos do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## **IV – DOS PEDIDOS**

Face ao exposto a Signatária requer, respeitosamente, que seja a presente impugnação recebida e conhecida, sendo atribuído o efeito suspensivo, para que as ilegalidades sejam afastadas antes do prosseguimento do certame.

Diante da fundamentação aqui apresentada e dos elementos legais e doutrinários colacionados no presente instrumento, cumpre à Impugnante concluir afirmando que o presente Edital contraria as normas instituídas, devendo ser alterado para que **(i)** afaste a exigência de CNAE específico (0162-8/03 ou 9103-1/00) como condição de habilitação, admitindo-se empresas que comprovem capacidade técnica por meio de atestados e compatibilidade do objeto social com o objeto da licitação; e **(ii)** caso mantida alguma exigência relacionada a CNAE, que seja apenas de forma orientativa e não eliminatória, em conformidade com a legislação e jurisprudência do TCU.

No mérito, requer seja julgada INTEGRALMENTE PROCEDENTE a presente Impugnação, com base e toda a argumentação apresentada, diante da existência de vícios insanáveis, que maculam esta licitação e ensejam a sua nulidade absoluta.

Posteriormente, pugna-se pela republicação do Edital, com a reabertura dos respectivos prazos, uma vez que qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Caso este não seja o entendimento de Vossas Senhorias, requer-se de imediato que o presente recurso seja submetido à análise das autoridades superiores para que, no mesmo prazo, apreciem as razões recursais aqui expostas.

Por fim, requer a intimação da Representada, na pessoa do seu representante legal para apresentar as informações que entender pertinente.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De XXXXXXXXXXX para Foz do Iguaçu/PR, 18 de setembro de 2025.